

O que é memória social ?

Jô Gondar

Vera Dodebei [ORG.]

contra
CAPA

Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social

REGINA ABREU

Podemos misturar chicletes com bananas?

Walter Benjamin misturava tradições teóricas diferentes em suas pesquisas. Pagou um preço alto por isso: sua tese “A origem do drama barroco alemão”, preparada para a obtenção do título de livre-docência na Universidade de Frankfurt, foi rejeitada pela banca. Constituída por um mosaico de citações, sem apresentar uma definição precisa do gênero literário que focalizava – o drama barroco alemão –, foi acusada de “ser fragmentária e de constituir-se num labirinto sem rigor científico”¹. Entretanto, em que pese o estilo ensaístico e pouco sistematizado para os moldes acadêmicos do período, o filósofo apresentou nessa tese as bases para uma reflexão que se revelaria muito frutífera nos anos que se seguiram. Benjamin expressou a diferença entre símbolo e alegoria, destacando duas importantes figuras de linguagem. Enquanto no símbolo haveria uma relação metonímica ou de contigüidade entre a representação e o real, na alegoria seria possível observar uma distância maior entre a representação e o real. A alegoria, associada por ele ao “drama barroco alemão”, é descrita como uma representação metafórica do real, em que emergiriam novos significados, abrindo novas perspectivas e experimentações poéticas.

As conseqüências dessa pequena e aparentemente simples observação não se restringiram ao campo da reflexão sobre a arte, tendo

¹ Ver SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: AnnaBlume, 2003, p. 120.

gerado efeitos no campo da produção do conhecimento. Como pensar a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento diante do fenômeno da alegoria, em que há uma autonomia relativa da representação? Se, em última análise, a pesquisa visa conhecer o real por meio de suas representações, como lidar com um fenômeno em que se verifica a quebra da correspondência entre esses dois pólos? Como assinalou Myriam Sepúlveda dos Santos, Benjamin considerou a arte alegórica uma das possibilidades da experiência, um advento histórico. Para ele, não se tratava de escolher entre arte simbólica e arte alegórica, e sim de compreendê-las historicamente, em tensão e em possível coexistência².

Paralelamente à redação de sua tese, Benjamin escreveu ensaios sobre o mundo em que vivia. Com a rejeição da tese, concentrou-se cada vez mais em seus pequenos ensaios. Deixou de se interessar pela reflexão teórica acerca do caráter de arbitrariedade existente na relação entre significado e significante da alegoria, passando a se dedicar a escrever sobre as imagens provocadas pelas alegorias, seus efeitos de estranhamento e provocação.

Esses ensaios fragmentários e muitas vezes incompletos foram sendo reunidos e divulgados por admiradores, e aos poucos ganharam o espaço acadêmico. Hoje, passados mais de sessenta anos de sua morte, Walter Benjamin é um autor continuamente visitado, sendo inclusive cultuado em certos setores da Academia.

Ao discorrer sobre esse caso nada exemplar da relação entre teoria e pesquisa ou das normas técnicas do texto acadêmico, não faço a apologia do desregramento na atividade do pesquisador, em particular do pesquisador em memória social. Evidentemente, as escolhas dos intelectuais são regidas por motivações diversas e sempre haverá espaço para o pensamento fora das universidades. Há também que se levar em conta que a Universidade de Frankfurt, no período em que Walter Benjamin defendeu sua tese, tinha características que certamente diferem dos padrões universitários de hoje. Será que essa mesma tese seria rejeitada no atual contexto universitário?

Quero, todavia, chamar a atenção para algumas questões que atormentaram o filósofo e que ainda hoje angustiam aqueles que se propõem ao trabalho intelectual. Tais questões dizem respeito à difícil e

² Ibid., p. 113-36.

problemática relação entre teoria e pesquisa. É possível misturar tradições teóricas diferentes quando nos dedicamos a um determinado tema de pesquisa? Como trabalhar com os autores que nos antecederam? De que modo estabelecer interlocuções com pensadores que muitas vezes são divulgados de forma precária, em pequenos fragmentos de texto? Quais as formas de estabelecer diálogos com autores que jamais lerão nossos textos? Como citar os autores com os quais dialogamos? É possível avaliar se nossas interpretações e traduções sobre determinados autores correspondem de fato àquilo que eles quiseram dizer? Podemos misturar chicletes com bananas?

Distinguindo chicletes de bananas: alguns parâmetros

Primeiro parâmetro: o diálogo permanente entre teoria e pesquisa

A relação entre teoria e pesquisa é complexa e muitas vezes difícil, mas deve ser pensada principalmente como um terreno fértil e de permanente diálogo. Teoria e pesquisa são dois termos da produção do conhecimento que se retroalimentam. Esse é o primeiro parâmetro de que devemos partir ao formular nossas pesquisas. Muitos de nossos problemas de pesquisa surgem da combinação da leitura de um autor com a observação de algum fenômeno à nossa volta. O diálogo da literatura sobre memória social com a observação de fatos cotidianos pode fazer surgir um bom tema de pesquisa. Muitas vezes, lemos ao acaso um autor que desperta nossa atenção para um problema que não havíamos notado. Imediatamente, associamos suas idéias com as de outros autores ou com a lembrança de diálogos ocorridos em nosso local de trabalho, com notícias de jornais e com fatos que aconteceram conosco. A combinação de tudo isso é o primeiro passo para uma pesquisa. O pesquisador é, sobretudo, um sujeito curioso que estabelece conexões de pensamento e formula questões. Se eu formulo uma boa questão, tenho um bom começo para uma pesquisa.

A coisa se complica quando me proponho a transformar essa boa questão em um objeto de pesquisa. A passagem do tema ou da idéia inicial para um objeto de pesquisa é um processo muito rico, mas também penoso, pois é preciso articular essa boa questão com quadros referenciais teóricos que permitam avançar no processo de produção do conhecimento. Todo pesquisador sabe que é preciso partir da premissa em que se encontra, a fim de trazer, mais uma pequena

contribuição ao universo do conhecimento. Ninguém está sozinho. A pesquisa avança como processo coletivo em que inúmeras interlocuções se estabelecem. Ao trabalhar com o pensamento de um autor, dialogo com ele, conecto-me com uma tradição de pensamento que é anterior a mim. É o diálogo entre teoria e pesquisa que me permitirá contribuir para uma tradição de pensamento. Ou, de maneira contrária, levar-me a refutar certos parâmetros de que parti. A pesquisa, portanto, é um caminho em aberto que cada um trilhará à sua maneira. Não há um caminho já trilhado em que verdades são descortinadas *a priori*. A teoria não pode ser usada como uma camisa-de-força em que as pesquisas servem apenas para comprovar hipóteses preanunciadas. O diálogo entre teoria e pesquisa é um diálogo em que muita coisa pode acontecer, inclusive a ruptura com um referencial teórico previamente escolhido.

A multiplicidade de caminhos na relação entre teoria e pesquisa é ainda mais difícil no âmbito da memória social, uma vez que não estamos diante de um campo disciplinar. A memória social é um campo de estudos visitado por pesquisadores das mais diversas procedências e que fazem uso de múltiplos referenciais teóricos. Mas não está isolado, pois essa é uma tendência contemporânea. Antigos limites disciplinares parecem não mais dar conta dos fenômenos contemporâneos. É natural que mudanças na vida social impliquem mudanças nos instrumentos de reflexão sobre ela. E é por isso que vemos surgir muitos campos de estudo em que antigas áreas disciplinares se interpenetram em novas combinações.

Mas se trabalhamos rompendo com as fronteiras disciplinares, o mesmo não pode ser dito em relação às escolas ou tradições de pensamento. É comum encontrar autores que se aglutinam em um determinado viés de pensamento e compartilham um quadro de conceitos e referenciais teóricos. Evidentemente, essa prática intelectual está ligada também a sistemas de crenças e valores. É natural que não haja unanimidade entre intelectuais e pesquisadores. Trabalhar com maneiras diferentes de pesquisar é uma condição necessária à riqueza e à multiplicidade do pensamento e da produção do conhecimento.

Seguindo este raciocínio, defendo o argumento de que, na pesquisa em geral e na pesquisa em memória social em particular, “chicletes podem ser misturados com bananas”. É possível recorrer a autores de diferentes escolas e tradições de pensamento, sem que isso seja uma heresia acadêmica. Mas como proceder? Podemos citar indiscrimina-

damente trechos e fragmentos retirados de obras que integram um conjunto articulado de propósitos, questões e teses? Penso que não. Misturar referências de autores em um texto acadêmico não quer dizer um uso indiscriminado desses autores. Alguns cuidados devem ser observados.

Segundo parâmetro: o autor e seu quadro de referência teórica

O primeiro cuidado que se deve ter ao citar um autor é atentar para o quadro de referência teórica em que ele se situa. Para isso, é preciso estudar o contexto intelectual em que esse pesquisador construiu seu trabalho e formulou suas contribuições. Analisar seus principais projetos, as idéias que defendeu e, sobretudo, os autores com quem dialogou ou a quem se contrapôs pode ser um bom indicador de uma visão menos substancializada e mais humanizada do autor. Os intelectuais não são homens fora do tempo e do espaço. Assim como os demais indivíduos, os intelectuais são produtos históricos, ainda que tenham se notabilizado por contribuições expressivas em algum campo do saber. Situar adequadamente um autor em relação a outros autores do período em que viveu e localizar os principais debates e posições é um bom começo.

Outro cuidado importante que se deve ter ao se apropriar de um autor é não tomá-lo como um bloco homogêneo e unívoco. Cada autor é uma constelação de pensamentos e de produções ao longo dos anos. Muitas vezes, um mesmo autor contesta a si mesmo em uma fase posterior de sua vida. Assim, é preciso ter sempre em mente a noção de que se destaca um pequeno fragmento do conjunto de uma obra que é muito maior. Por exemplo, não se pode dizer “como Foucault sempre afirmou” ou “seguindo Foucault...”. Os autores devem ser citados com as referências corretas. Assim, pode-se dizer: “no artigo tal, escrito em tanto, Foucault argumenta que...”. Em outros termos, é preciso situar no tempo e no espaço o pensamento de um autor para que – nós e nossos leitores – nos apropriemos dele. Aliás, não se pode jamais perder de vista que não escrevemos para nós mesmos, escrevemos para o mundo. Todo texto pressupõe um leitor. Este não fez o mesmo percurso que nós, nem as mesmas leituras; não é obrigado a conhecer a obra de um autor ou saber de onde retiramos tal ou qual fragmento. Precisamos ter em mente que, ao trazer para nosso texto um autor, estabelecemos – nós e nossos leitores – um diálogo com ele. E isso não é pouca coisa.

Terceiro parâmetro: autores não são argumentos de autoridade

Outro parâmetro importante é não alinhar indiscriminadamente diferentes autores como se fossem entidades mágicas que bastam ser nomeadas para que todos saibam exatamente do que se fala. Por exemplo, dizer “trabalho com Foucault, Halbwachs, Nora e Nietzsche” é uma aberração. Não porque esses autores não possam ser misturados, mas, fundamentalmente, porque não os situo, não faço referência a seus nomes completos, não os apresento, nem suas obras, menos ainda suas diferenças e suas teses com as quais irei dialogar. Enfim, termino sem dizer algo, conferindo a meu texto apenas um argumento de autoridade. Sinalizo para todos que estou em companhia de intelectuais consagrados. Seria melhor, então, não citar ninguém e tecer meu próprio pensamento a respeito do tema de pesquisa escolhido.

Quarto parâmetro: autores clássicos e autores com contribuições pontuais

Outro perigo que ronda os textos acadêmicos consiste em colocar diferentes autores em um mesmo saco, sem distinguir os autores clássicos daqueles que deram contribuições pontuais para um determinado assunto. Clássico é aquele autor cuja obra estabeleceu um discurso fundador e inaugurou uma vertente dentro de uma tradição teórica ou escola de pensamento. Não se pode, por exemplo, comparar ou colocar na mesma linha autores como Maurice Halbwachs, Pierre Bourdieu, Pierre Nora e Michel Pollack. Enquanto os dois primeiros fundaram escolas de pensamento, os dois últimos trouxeram contribuições preciosas, porém específicas ou pontuais. Estes, à diferença dos primeiros, não são reconhecidos como tendo inaugurado novas tradições de pensamento; suas reflexões e pesquisas se deram no contexto de tradições e escolas já existentes.

Quinto parâmetro: a diferença entre autores e conceitos

Trabalhar com autores ou com conceitos? Muitas vezes, há certa confusão em relação a esses dois termos. Quando dialogo com uma tese formulada por um determinado autor, deparo-me fatalmente com conceitos. Os conceitos são fundamentais para a pesquisa, são ferramentas ou instrumentos teóricos indispensáveis. Muitos pesquisadores iniciam seus trabalhos pelos conceitos, que são as chaves que os conduzem para a reflexão e a pesquisa. Os conceitos são gerados em determinados quadros teóricos. Alguns se mostram tão inseparáveis desses quadros que parece quase impossível separar uns dos outros. É o caso de grande

parte dos conceitos criados pelo sociólogo Pierre Bourdieu. “Habitús”, “campo”, “capital simbólico” são conceitos que nos conectam imediatamente a ele. De fato, nesse caso, estamos diante de uma escola de pensamento em que os conceitos foram muito bem sistematizados. É quase impossível fazer uso de seu arsenal conceitual sem manter certa fidelidade ao seu olhar, à sua perspectiva teórica e intelectual. É claro que os conceitos podem ser apropriados de outros modos, mas nesse caso é preciso ter clareza sobre o que se está falando, uma vez que houve, em sua escola, grande esforço de precisão conceitual.

Sexto parâmetro: os conceitos também são polissêmicos

Há diferença entre a concepção original dos conceitos, relacionada a um determinado *corpus* teórico, e as diferentes apropriações desses mesmos conceitos decorrentes de leituras plurais. Os conceitos são polissêmicos devido à recepção e às interpretações que recebem a partir do momento em que passam a circular. Quando, no século XIX, o antropólogo Edward Tylor formulou a primeira definição do conceito de cultura em uma matriz de pensamento evolucionista, não previu que o conceito pudesse ser apropriado por outras correntes. O funcionalismo e o estruturalismo, no entanto, utilizaram o conceito de cultura com outros significados. O conceito de cultura é um bom exemplo de polissemia. Ganhou uma gama tão ampla de significados ao longo de dois séculos, que é comum encontrar enormes diferenças entre dois ou mais de seus usos. Muitos dos que trabalham com o conceito de cultura o fazem com apropriações tão distintas que não raro a comunicação se torna impossível. Além disso, é um conceito que, além dos usos científicos, principalmente por diferentes correntes da antropologia cultural, está largamente difundido no senso comum, aumentando a pluralidade de seus significados. Acresce-se ainda a isso o fato de ser adjetivado, como em “cultura popular”, “cultura erudita” e “cultura de massas”, e, em pesquisas específicas, “cultura industrial”, “cultura pop” e “cultura aristocrática”, entre outras possibilidades.

Para compreender o significado de um conceito é importante perceber sua articulação com um *corpus* teórico. Quando este muda, o conceito tem seu significado completamente alterado. Para alguns autores que trabalham com o conceito de “cultura”, é inadmissível, por exemplo, falar em “cultura de massa”, uma vez que foi criado em uma vertente teórica que analisa a sociedade de acordo com uma perspectiva que privilegia as esferas do consumo e da distribuição, mas

não a da produção. Um pesquisador marxista não falaria em “cultura de massa”, ainda que possa usar o conceito de “cultura” como ferramenta de trabalho.

Ocorre o mesmo com os conceitos de memória e, em particular, memória social. Este conceito foi criado em uma vertente sociológica de pensamento, com o intuito de qualificar a diferença entre estudos biológicos, psicológicos ou filosóficos da memória, e um estudo da memória como fenômeno social. Os primeiros esforços de demarcação do conceito de memória social como designação do caráter social da memória humana foram empreendidos por Émile Durkheim no contexto da Escola Sociológica Francesa. No trabalho “Representações individuais e representações coletivas”, publicado pela primeira vez em 1898, Durkheim procurou mostrar como as representações sociais não poderiam ser reduzidas às representações individuais: “A vida representativa não pode se repartir de maneira definida entre os diversos elementos nervosos, uma vez que não há representação para a qual não colaborem vários destes elementos; mas a vida representativa só pode existir no todo formado pela sua reunião, assim como a vida coletiva só pode existir no todo formado pela reunião dos indivíduos”. Ou ainda: “Cada estado psíquico se encontra, dessa forma, em face da constituição própria das células nervosas, nas mesmas condições de independência relativa que têm os fenômenos sociais em face das naturezas individuais”³.

A formulação do social como um fenômeno próprio e singular, irreduzível ao conjunto de indivíduos que o compõem, era, no entendimento de Émile Durkheim, marcada por uma visão que opunha, de modo explícito e nos moldes da ciência positivista da época, o indivíduo e o coletivo. Maurice Halbwachs, seu discípulo, dedicou-se ao estudo da memória como fenômeno social, ao mesmo tempo em que refletiu sobre as dimensões social e simbólica da memória individual. Em seus dois mais importantes trabalhos sobre o tema, *Os quadros sociais da memória* e *A memória coletiva*⁴, procurou dialogar com a literatura psicológica da época e com a filosofia de

³ DURKHEIM, Émile. “Representações individuais e representações coletivas”. Em: DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970, p. 35.

⁴ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925; e *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

Henri Bergson. Em certo sentido, superou a visão dicotômica do modelo positivista que opunha o individual ao coletivo, assim como encaminhou com originalidade a análise sociológica da memória, ao indicar o caráter social da dinâmica entre a lembrança e o esquecimento em cada indivíduo. Halbwachs sugeriu também que a memória se tornaria importante veículo de construção das identidades na sociedade moderna pós-industrial. Além disso, foi o inventor de um importante conceito para os estudos da memória social, o de “memória coletiva”.

Seu principal argumento era que a “memória coletiva” correspondia a um dos pilares de apoio e de consenso mínimos para o funcionamento da vida social. Halbwachs, em uma perspectiva afinada com o pensamento de Durkheim, procurou demonstrar que sem substratos comuns as sociedades seriam anômicas, não poderiam funcionar. A metáfora emblemática do modelo de sociedade halbwachiano corresponde à imagem da orquestra em que os músicos são capazes de se harmonizar para executar uma mesma sinfonia, e de que essa harmonização depende de uma “memória coletiva”.

A compreensão de que as sociedades modernas funcionam com base em acordos tácitos e contratuais entre indivíduos singulares está na base da formulação do conceito de “memória coletiva”. Esse conceito foi largamente difundido, originando uma gama diversificada de pesquisas. Com o tempo, tendo em vista a própria dinâmica das sociedades, surgiram novas abordagens e leituras. Gérard Namer, por exemplo, autor contemporâneo que se dedicou a refletir sobre a atualidade de *Os quadros sociais da memória*, teceu alguns comentários importantes sobre novas apropriações dos conceitos formulados por Halbwachs⁵. Nesses comentários, parte da indagação sobre o sentido da reedição dessa obra, uma vez que já se teriam passado quase cem anos desde a primeira edição: “Não seria o pensamento de Halbwachs datado?” e “O que ele teria para oferecer no entendimento das sociedades contemporâneas?” são duas das perguntas com que inicia seu ensaio.

Segundo Namer, a difusão da obra de Halbwachs seria um bom motivo para voltar ao seu pensamento, pois este teria se disseminado

⁵ NAMER, Gerard. “Postface”. Em: HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994, p. 299-367.

de tal modo que muitos de seus conceitos teriam sido apropriados de diferentes maneiras. Namer observa inclusive certa vulgarização do pensamento sociológico de Halbwachs, em que a migração para o senso comum de conceitos criados em quadros referenciais teóricos da sociologia teria provocado uma certa naturalização conceitual. Conceitos que, no contexto da teoria sociológica, expressavam certas idéias ganharam outros sentidos. Desse modo, estaríamos muitas vezes comprando gato por lebre, ou seja, atribuindo inadvertidamente ao pensamento de Halbwachs sentidos estranhos aos conceitos originalmente formulados por ele.

No entender de Namer, o sucesso da obra de Halbwachs teria turvado seu próprio conhecimento. Assim, reeditar e ler sua obra em nossos dias ajudaria a discernir os conceitos propostos pelo autor dos usos e reinterpretações feitos tanto por outras teorias quanto pelo senso comum. A quantidade de autores que utilizaram seu arsenal conceitual, em especial o conceito de “memória coletiva”, teria feito proliferarem leituras plurais e interpretações criativas, e voltar ao próprio autor seria importante para saber se o que atribuímos a ele estaria contido em suas próprias palavras ou nas vulgarizações e apropriações de seus textos. Outro bom motivo para a reedição e a releitura da obra em questão estaria no fato de que muitos dos conceitos formulados por Halbwachs ainda guardam potencial explicativo para muitas situações que se apresentam na vida social.

Sétimo parâmetro: os autores são homens de seu tempo

Textos clássicos como *Os quadros sociais da memória*, de Maurice Halbwachs, guardam sempre atualidade e, por isso, podem ser revisitados sem se tornarem obsoletos. É preciso, entretanto, reconhecer que os autores são homens de seu tempo, marcados por indagações gestadas nas sociedades em que viveram. Os fundadores da Escola Sociológica Francesa, como Durkheim, e a primeira geração de discípulos, entre os quais Halbwachs e mesmo o pouco ortodoxo Marcel Mauss, autor seminal para temas da memória coletiva em sociedades tradicionais, acreditavam no poder reformador da sociologia para o melhoramento da humanidade. Para muitos desses intelectuais, estimular a formação de “memórias coletivas” era uma ação que se opunha aos perigos dos individualismos desregrados contrários ao progresso da vida em sociedade. Esses pensadores compartilhavam a crença nos ideais universalistas de civilização e progresso como redenção humana.

Na geração de Halbwachs, todavia, alguns sinais tornavam visíveis mudanças sociais profundas que modificariam completamente o poder explicativo de certos conceitos. Namer assinala que, no fim de sua vida, Halbwachs, paradoxalmente, antecipou a impossibilidade crescente de “memórias coletivas” em sociedades que se mostravam cada vez mais fragmentadas. No livro *Mobilidade social*, publicado em 1925, ele anteviu novos modelos de sociedade caracterizados por acentuada mobilidade social e crescente individualização. Nesses novos modelos de sociedade, o tempo seria cada vez mais acelerado e projetos de unidades nacionais, ameaçados. Em seu entender, a inviabilidade de “memórias coletivas” tornaria impossível qualquer projeto de unidade para a humanidade.

Assim, a pluralidade e a fragmentação dos grupos e dos indivíduos eram uma nova questão com que os pesquisadores teriam de se defrontar. No novo cenário, despontaria a multiplicação de memórias coletivas efêmeras e transitórias que, para ele, traria sérias questões para indivíduos e sociedades. Halbwachs não viveu o suficiente para teorizar sobre essas novas sociedades, mas deixou pistas que outros levaram adiante. Evidentemente, novos instrumentos de análise e novos conceitos foram criados.

Oitavo parâmetro: as teorias e os conceitos são postos à prova nas pesquisas
Nos cursos dedicados às teorias da memória social, costumo dizer que as teorias e os conceitos não são bons por si sós, mas somente em função de sua operacionalidade e de seu poder explicativo. Para que servem as teorias e os conceitos senão para nos auxiliarem no conhecimento de aspectos da vida social? Determinadas teorias e conceitos são muito úteis para algumas pesquisas. Se estudo uma sociedade tradicional, como a dos índios Waiãpi, no Amapá, um grupo com pouco contato com a sociedade ocidental moderna e que vive em uma relação de muita proximidade com os ciclos da natureza, de nada adiantam teorias e conceitos concebidos no bojo das modernas sociedades contemporâneas. Como diz o ditado, estaria utilizando “canhões para matar passarinhos”.

As teorias e os conceitos podem ser adequados ou inadequados para uma pesquisa. Tudo depende do tipo de sociedade que estudo, das questões que formulo, dos meus objetivos de pesquisa. Evidentemente, esse é um processo rico e dinâmico, e as teorias e os conceitos me ajudarão a transformar o tema escolhido em objeto de pesquisa. Há um leque de possibilidades para cada caso. Se estudo uma socie-

dade holista em que os indivíduos concebem a si mesmos como partes do todo social, de nada me adiantam teorias concebidas para dar conta do individualismo moderno no Ocidente. O inverso é igualmente verdadeiro. Se estou diante de uma tradição de longa duração na vida social, como o ritual do Kuarup na sociedade indígena xinguana, pouco me adiantará um tipo de reflexão como a de Éric Hobsbawm sobre as tradições inventadas⁶. Esse trabalho pioneiro de Hobsbawm sobre a memória social nas sociedades modernas pode, no entanto, inspirar muitos outros trabalhos no contexto de formação dos Estados nacionais, como de fato tem ocorrido.

Assim, teorias e conceitos não são bons ou maus em si mesmos, mas apenas na articulação com a pesquisa e com a produção do conhecimento. Do mesmo modo, utilizar um conceito retirado de uma obra seminal e pô-lo à prova em novas pesquisas, longe de constituir uma heresia, é um caminho promissor. Uma vez que explicito de que maneira trabalharei com um conceito retirado de um *corpus* teórico específico, não preciso carregar toda a bagagem formulada por um autor ou escola de pensamento. Embora certos conceitos possam ter pouco potencial explicativo para certas situações da vida social, são extremamente úteis e inspiradores em outros contextos. O conceito de “memória coletiva”, por exemplo, pode ser muito rentável em certas situações de pesquisa. Em outras, nem tanto. Trabalhar com um determinado conceito também não implica desprezar outros aspectos do meu objeto de pesquisa. Muitos pesquisadores rejeitam em bloco a produção de alguns autores porque partem de uma visão preconcebida. A Escola Sociológica Francesa, por exemplo, tem sido acusada de privilegiar uma visão harmônica do social em detrimento de forças sociais conflitivas. Isso é relativo. As escolas de pensamento admitem a pluralidade de proposições e reflexões, e não acredito que seja possível uma visão tão simplista sobre elas. Autores como Pierre Bourdieu, embora possam ser considerados herdeiros da tradição da Escola Sociológica Francesa, articulam em suas formulações teóricas influências marxistas e weberianas, trazendo para o primeiro plano os temas do conflito e da disputa. Combinações são sempre possíveis. O importante é saber conjugá-las. É possível trabalhar com conceitos que

⁶ HOBBSAWM, Éric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

aparentemente privilegiam os aspectos de solidariedade e reciprocidade entre os grupos sociais sem perder de vista os aspectos agonísticos e os conflitos. Ao elaborar uma longa reflexão sobre mecanismos de reciprocidade em sociedades tradicionais e demonstrar a coexistência da busca de equilíbrio entre forças sociais antagônicas com a guerra, a disputa, os conflitos e as competições, Marcel Mauss deu uma lição magistral a esse respeito. Seria ingenuidade pensar em sociedades absolutamente coesas e harmônicas como um tipo ideal que jamais pudesse se realizar. As sociedades, por sua própria natureza, conjugam forças quase sempre antagônicas. Cabe aos pesquisadores ao menos entender um pouco mais de seus processos. Aos pesquisadores em memória social, em particular, cabe entender o papel da memória nas diferentes dinâmicas sociais.

Nono parâmetro: as pesquisas em memória social são tão variáveis quanto as sociedades analisadas por elas

O antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, no verbete sobre memória social do *Dicionário de Ciências Sociais*⁷, discorre sobre a longa e promissora trajetória dos estudos em memória social. Em seu entender, a concepção da construção social da memória, formulada por Maurice Halbwachs, deu origem a uma longa tradição de estudos em diferentes direções. Duarte cita trabalhos etnográficos como *Naven*, de Gregory Bateson⁸, em que o antropólogo inglês “constrói modelos explicativos da cultura Iatmul que passam necessariamente pela análise das técnicas e dos acervos mnemônicos, assim como pela socialização diferencial nesse campo (por exemplo, entre os homens e as mulheres)”. Outro trabalho importante é o de F. A. Yates, que, em sua pesquisa sobre a própria cultura ocidental, procurou reconstruir as continuidades e diferenças da arquitetura mental da Antiguidade clássica e dos pensamentos medieval e renascentista por intermédio das respectivas concepções da memória como trabalho social consciente, como mnemotécnica⁹. Cabe destaque especial a Jean-Pierre Vernant e seus estudos

⁷ DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Memória social” (verbeta). Em: SILVA, Benedicto (coord.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987, p. 740-1.

⁸ BATESON, Gregory. *Naven*. Stanford: Stanford University Press, 1935.

⁹ YATES, Francis A. *El arte de la memoria*. Madrid: Taurus, 1966.

sobre a construção social da memória entre os gregos. Seu livro *Mito e pensamento entre os gregos* se tornou um clássico para quem quer conhecer como se processava a memória na civilização grega pré-clássica e clássica. O trabalho de Vernant é importante também como reflexão sobre a relativização social da memória em diferentes contextos no espaço e no tempo. A memória, diz ele, “é uma função muito elaborada, que atinge grandes categorias psicológicas, como o tempo e o eu. Ela põe em jogo um conjunto de operações mentais complexas e o seu domínio sobre elas pressupõe esforço, treinamento e exercício. O poder de rememoração é uma conquista; a sacralização de Mnemosine marca o preço que lhe é dado em uma civilização de tradição puramente oral, como o foi a civilização grega entre os séculos II e VII antes da difusão da escrita”¹⁰. Duarte enfatiza como ponto alto do trabalho de Vernant a introdução da questão sobre as relações entre a construção social da memória e o individualismo, que enuncia “a passagem da concepção arcaica da memória sagrada, imersa no espaço e no tempo mítico de uma cultura holista, para a concepção pitagórica e platônica da memória, como recurso de salvação e imortalidade individual num tempo cíclico de reencarnações e num espaço dicotomizado entre o mundo das essências e o mundo terreno”.

A distinção entre as sociedades holistas e individualistas é muito importante nos estudos de memória social. Nas primeiras, a memória é uma dimensão do coletivo e do sagrado, ou seja, a memória é não apenas social, mas fundamentalmente cósmica, havendo o domínio de uma representação mítica do tempo. Nas segundas, a memória é uma dimensão do indivíduo e se consubstancia nas biografias como acúmulo na linha da flecha – uma representação de tempo linear que se dirige do passado para o futuro. Nas sociedades holistas, em que há o domínio do todo sobre as partes (os indivíduos), não se pode falar em passado, presente e futuro da mesma forma que nas sociedades individualistas, uma vez que o tempo mítico é encompassador: passado, presente e futuro co-habitam o mesmo espaço. O passado não comporta um antes, assim como o futuro não comporta um depois. Os vários “momentos” são dimensões que se encontram entrelaçadas umas nas outras¹¹.

¹⁰ VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel, 1973, p. 72.

¹¹ DUMONT, Louis. *O individualismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

Chicletes eu misturo com bananas

No início do século XXI, encontramos-nos diante de uma nova situação. A pesquisa na área das Ciências Humanas se consolidou e tem afirmado um sem-número de campos de conhecimento que lutavam pela sobrevivência nos primeiros anos do século XX. Foi preciso passar por toda uma voga positivista em que teorias e métodos funcionavam como garantias de cientificidade, em que se buscava comprovar a veracidade de hipóteses nos chamados “dados”. Nesse processo, um extenso movimento reflexivo levou os pesquisadores a refletir sobre o caráter de construção dos dados e das fontes. Muitos chamaram a atenção para a feição “interpretativista” de toda produção de conhecimento. Hoje, estamos diante de um mundo de possibilidades e alternativas no que tange a teorias e métodos de pesquisa. Mas o que faremos com tal liberdade de escolha? Como distinguir as teorias que melhor nos podem auxiliar em nossos projetos?

Essas não têm sido questões fáceis. Uma maneira de lidar com isso consiste em procurar discernir, caso a caso, os autores estudados, a fim de saber quais são suas filiações, linhagens, proximidades e interlocuções, enfim, com quem dialogam, de que “campo intelectual” participam, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu. Tomemos dois exemplos: Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. O primeiro se insere na tradição da Escola Sociológica Francesa, em que predomina uma visão reformista de sociedade. Já o segundo tem grande proximidade com a Escola de Frankfurt, na qual prepondera um enfoque extremamente crítico da sociedade capitalista pós-industrial. Halbwachs quer contribuir para o progresso social de sua época. Benjamin é descrente de seu tempo. Para ele, o advento do capitalismo impôs um rompimento com tradições importantes e produziu um efeito devastador na vida social. O mundo da experiência foi substituído pelo mundo da informação e a ligação entre passado e presente, perdida, gerando homens que se voltam eternamente para o futuro. Benjamin quer provocar a coexistência de diferentes dimensões do tempo e relativizar o tempo da flecha voltado para o porvir. Em seu entender, memória é redenção, e o passado, longe de ser nostálgico, é uma fonte de libertação, pois permite o distanciamento crítico da “presentificação” que acorrenta o homem moderno. Já Halbwachs está preocupado com a construção social da memória. Entende que os indivíduos lembram valendo-se de quadros de me-

mória que os antecedem, ou seja, que existe uma memória social para além dos indivíduos. Em sua concepção, o passado é reconstruído em função do presente, ou seja, a noção de uma narrativa linear da história em que fatos são alocados seqüencialmente cede espaço para a noção de uma narrativa complexa na qual se conjugam diferentes dimensões do tempo.

Comparados, esses dois autores não se opõem, apenas apontam caminhos diferentes para os estudos em memória social. Posso, então, misturar chicletes com bananas? Como ficaria meu texto, se eu me apropriasse de alguns conceitos formulados por Halbwachs e também de conceitos propostos por Walter Benjamin? Cometeria uma heresia? Não, mas é preciso ser cuidadoso nesse processo para não atribuir definições conceituais incorretas aos autores. Posso, por exemplo, apropriar-me do conceito de memória coletiva, chamando a atenção para o fato de que é um conceito elaborado por Halbwachs, e deixar claro o sentido em que o utilizarei. Não preciso seguir exatamente a definição conceitual estabelecida por Halbwachs. Posso explicitar que darei um novo sentido ao conceito e, por exemplo, acrescentar aspectos que não foram pensados por seu autor. O importante é deixar claro que conheço seu pensamento e que não estou atribuindo a ele o que não disse, mas apenas dizendo algo através dele. O filósofo francês Gilles Deleuze gostava de dizer que os autores são intercessores, pois nos ajudam a pensar, a formular novas idéias. Desse modo, não preciso tomá-los como camisas-de-força conceituais. Dialogo com os autores, apresento suas idéias e aproximo-me ou distancio-me delas. Nessa direção, a pesquisa fertiliza a teoria. Se trabalho com o conceito de memória coletiva no sentido halbwachiano e, ao me confrontar com a pesquisa de campo, com as entrevistas e com a observação participante, percebo aspectos do contexto social contemporâneo que não existiam no mundo em que Halbwachs vivia, trago uma contribuição importante por enunciar que, em determinadas condições, o conceito não ilumina inteiramente meu objeto de pesquisa. Precisarei alargar o conceito, trazer novos elementos. É nesse aspecto que a pesquisa contribui para alargar o escopo teórico, afinal toda pesquisa pretende produzir conhecimento novo. Quando isso acontece, é sempre muito bom.